



Correio Manhã

11-09-2015

Periodicidade: Diário
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 174177

Temática: Justiça
Dimensão: 2276
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/4/5

PAPEL FALSO DÁ MILHÃO A LALANDA



EX-PATRÃO
DE JOSÉ
SÓCRATES
NOS VISTOS
DOURADOS

■ **Documento líbio** na origem de perdão de IVA ■ **Miguel Macedo** ouvido hoje **PÁGS. 4 E 5**

4 ■ SEXTA-FEIRA
11 SETEMBRO 2015

ATUALIDADE I

ESCÂNDALO
VISTOS DOURADOS

INVESTIGAÇÃO ■ AUTORIDADE TRIBUTÁRIA AUTORIZOU

Documento
a ex-patrão■ Miguel Macedo continua hoje a ser ouvido,
após interrogatório ter sido interrompido

● EDUARDO DÁMASO/TÂNIA LARANJO

Um documento falso permitiu ao ex-patrão de José Sócrates, Paulo Landa de Castro, ameaçar um milhão de euros com um reembolso de IVA. Terá sido este o valor que foi perdoado pela máquina fiscal e que, segundo a investigação do Ministério Público no âmbito do processo conhecido como Vistos Gold, foi obtido com base numa informação falsa, proveniente da Líbia.

Na origem do diferendo estava a ILS – uma empresa de Landa de Castro e do universo da Octapharma –, que garantia ter prestado serviços médicos a um grupo de cidadãos líbios alegadamente refugiados da guerra e que, por isso, estariam isentos do pagamento do IVA.

A investigação da PJ apurou que houve contactos entre Miguel Macedo e Paulo Nuncio – o primeiro, à data, era ministro da Administração Interna e o segundo continua a ser secretário de Estado dos Assuntos Fiscais – para que Nuncio recebesse representantes da ILS no seu gabi-

■ Landa de Castro, ex-patrão de Sócrates, volta a estar envolvido em polémica, agora no caso Vistos Gold. Recebeu um milhão de euros em IVA

nete. O governante garante que não os recebeu, mas a verdade é que o perdão fiscal foi obtido.

Está em causa saber-se, neste momento, se cabia à máquina fiscal – e a quem aceitou o perdão – atestar ou não a veracidade da informação líbia. Aí, estaria expresso que se tratava de serviços médicos, o que, ao abrigo da legislação líbia, permitiria

Relação diz que Macedo é o único responsável político

do pela procuradora do Ministério Público.

Estão em causa três crimes de prevaricação de titular de cargo público e um crime de tráfico de

a isenção do pagamento de IVA.

Entretanto, hoje, Miguel Macedo, que para a Relação de Lisboa “é o único responsável político com direta participação nos fatos”, continua a ser ouvido

influências, sendo Macedo suspeito de ter beneficiado um ex-sócio, Jaime Couto Alves, e o presidente do Instituto de Registos e Notariado, António Figueiredo, com vista à obtenção de vistos Gold. Macedo está também indiciado por ter recebido prendas dos chineses, o que opodará deixar numa situação muito complicada em termos penais.

O ex-ministro já começou a ser ouvido na última terça-feira, mas a magistrada que o interro-

gou não terá ficado muito convencida com as suas explicações. As escutas onde foi apinhado deixam-no numa posição muito desconfortável, tendo ditado a sua imediata constituição de arguido.

Para interrogar Macedo, o Ministério Público teve de pedir o levantamento da imunidade parlamentar do ex-ministro. Isto porque o mesmo continua a ser deputado. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO
da manhã

INSTRUÇÃO | TRIBUNAL CENTRAL

A instrução do processo Vistos Gold, que ocorrerá após a dedução da acusação, deverá acontecer no Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa



INFORMAÇÃO | PRIVILEGIADA

O Ministério Público defende que os altos funcionários do Estado tinham um controlo total sobre a concessão de vistos. A informação privilegiada valia milhões

DEMITIU-SE | EX-MINISTRO

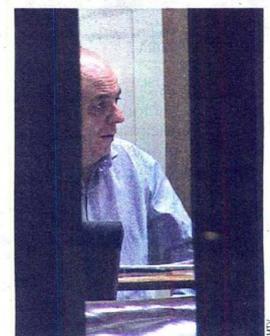
Miguel Macedo demitiu-se dias depois da prisão de Palos e Figueiredo. Na altura, garantiu que nada tinha a ver com as suspeitas de corrupção na máquina do Estado

PERDÃO FISCAL COM BASE EM INFORMAÇÃO LÍBIA

falso dá 1 milhão de Sócrates

Ex-diretor do SEF respondia a ministro

Manuel Jarmela Palos, ex-diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi o primeiro diretor de polícia a ser preso por suspeitas de um crime doloso. Palos respondia ao então ministro Miguel Macedo e foram muitas as escutas que, na opinião da investigação, indiciavam um favorecimento a cidadãos chineses que pretendiam obter os vistos. Após o interrogatório judicial, Palos ainda ficou uns dias em prisão preventiva na cadeia de Évora. Foi depois para domiciliária, com pulseira eletrónica, mas o Tribunal da Relação acabou por revogar a medida. Jarmela Palos continua suspenso de funções. ■



Manuel Jarmela Palos foi o primeiro diretor de polícia a ser preso por um crime doloso



Paulo Nuncio ouvido

Carlos Alexandre no inquérito

Carlos Alexandre é o juiz de instrução do caso Vistos Gold. O magistrado tem acompanhado a investigação de perto e confirmado sucessivamente a prisão preventiva do principal arguido, António Figueiredo, o homem forte do IRN. Além daquele quadro do aparelho do Estado, Carlos Alexandre extraiu certidões para investigar vários juizes desembargadores, o que foi entretanto arquivado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Carlos Alexandre também validou as suspeitas contra o ex-ministro Miguel Macedo. ■



O juiz Carlos Alexandre

Ouvido como testemunha há uma semana

Na última sexta-feira, Paulo Nuncio foi ouvido como testemunha no caso Vistos Gold. O governante garante que não recebeu ninguém da ILS, mas deixou no ar a hipótese do encontro ter acontecido. O protagonista seria um seu assessor. ■

SECRETÁRIA DA JUSTIÇA ENVOLVIDA

Maria Antónia Anes, secretária-geral do Ministério da Justiça, foi também constituída arguida (e chegou a estar em domiciliária) por ter adulterado concursos.

OFICIAL DE LIGAÇÃO PARA A CHINA

Miguel Macedo queria nomear um oficial de ligação para a China, para favorecer a empresa de Jaime Couto Alves. É o que resulta de uma escuta de Figueiredo com Couto Alves.

PORMENORES

500 mil euros de investimento imobiliário permitiam a obtenção de vistos gold.

NÃO FOI OUVIDO
Paulo Lalanda de Castro ainda não foi ouvido no caso Vistos Gold. Poderá ser notificado nos próximos dias, para prestar declarações no DCIAP.

MUITO IRRITADO
Macedo saiu na terça-feira do DCIAP visivelmente irritado. O ex-ministro não quis prestar declarações aos jornalistas, após ter sido interrogado durante mais de seis horas.

CONSTITUÍDO ARGUIDO
Miguel Macedo foi constituído arguido pela procuradora Susana Figueiredo, titular do inquérito.